

Para os excluídos. Programa Incluir, de combate à pobreza, vai ser lançado na próxima segunda-feira

Bolsa-Família estadual vai dar R\$ 50 para 44 mil famílias

VITOR JUBINI

Benefício vai ser pago no ano que vem, e o governo quer investir R\$ 250 milhões até o fim do mandato

VITOR VOGAS

vvogas@redgazeta.com.br

■ ■ “Incluir”. Assim é batizado o plano capixaba de combate à pobreza a ser lançado na segunda-feira pelo governo Renato Casagrande (PSB). E, para promover na prática essa inclusão social, o governo decidiu que, entre outras ações, vai mesmo transferir renda diretamente para as famílias capixabas em situação de pobreza extrema, complementando o Bolsa-Família – proposta antecipada por A GAZETA em janeiro. Mas o chamado Bolsa-Família estadual não vai começar de imediato.

A partir de janeiro de 2012, as famílias com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 77,00 por mês – linha da extrema pobreza, pelos critérios do governo – vão poder receber uma bolsa fixa de R\$ 50,00, mesmo que já recebam um benefício por meio do programa federal de transferência de renda. Hoje, pelos cálculos oficiais, há 31.654 famílias capixabas nessa situação. Até o segundo semestre de 2013, Casagrande quer alcançar 44 mil famílias com a bolsa.

“A transferência de renda não pode ser o foco do programa. Mas é um incentivo importante. Os R\$ 50,00 fazem muita diferença”, diz o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Coelho (PT)

O “Incluir” será dividido em três áreas: acesso aos serviços públicos (Saúde, Cultura, Educação, etc.), inclusão produtiva (capacitação profissional) e assistência direta à família (o que inclui a bolsa de R\$ 50,00). Só nas ações de assistência direta, o governo pretende investir cerca de R\$ 250 milhões até o fim do mandato. Desse montante, aproximadamente R\$ 50 milhões serão destinados ao pagamento da bolsa, sendo R\$ 10 milhões em 2012, R\$ 23 milhões em 2013, mais R\$ 16 milhões em 2014, pelas previsões do governo.

Além disso, até o fim do mandato, o governo planeja repassar R\$ 128 milhões para os municípios por meio do Fundo de Combate à Pobreza, a fim de ajudá-los a custear a política de assistência social. Para desburocratizar os processos, as transferências serão feitas “fundo a fundo”, ou seja, direto do Estado para os municípios, dispensando a assinatura de convênio.

Investimento

R\$ 250 milhões

■ ■ É quanto o governo Casagrande planeja investir em assistência às famílias em situação de extrema pobreza, até o fim do mandato, em 2014.



AÇÕES CONJUNTAS. Coelho: “Transferência de renda não pode ser o foco, mas é importante”

Contra a pobreza

Famílias com renda per capita inferior a R\$ 77 serão beneficiadas pelo programa do governo estadual

■ **Bolsa.** A partir de janeiro de 2012, as famílias com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 77,00 por mês – linha da extrema pobreza, pelos critérios do governo – vão poder receber uma bolsa fixa de R\$ 50,00.

■ **Compromisso.** Para poder receber a transferência, a família terá que estar

inserida no “Incluir”, e o chefe dela terá que assinar uma espécie de termo de compromisso com o governo.

■ **Cobertura.** Além de entrar com a complementação, o governo mantém a ampliação do Bolsa-Família no Estado entre as prioridades do “Incluir”. Hoje, cerca de 40 mil famílias cadastradas no

programa não recebem de fato o benefício. A meta é, em um ano, fazer o Bolsa-Família chegar a elas.

■ **Investimento.** Só em políticas de assistência às famílias, o governo planeja investir R\$ 250 milhões até 2014. O “Incluir” também terá ações de inclusão produtiva.

Repasses

R\$ 23,5 milhões

■ ■ É quanto o governo quer repassar diretamente para os municípios, já em 2011.

Famílias beneficiadas vão ser acompanhadas

■ ■ Uma inovação do “Incluir” é a formação de quase 200 equipes, por contratação ou convênio com as prefeituras, para identificar e acompanhar as famílias abaixo da linha da miséria. Cada família será acompanhada na própria casa por seis meses.

Os assistentes sociais vão procurar identificar as carências da família em termos de acesso aos serviços e, ainda, as potencialidades dos seus integrantes para que eles possam ser inseridos no mercado de trabalho.

Segundo Coelho, a ideia é inverter a lógica, seguindo o princípio da “busca ativa”. “Hoje, são as pessoas pobres que procuram os programas de assistência. Nós teremos mecanismos para identificar onde elas estão e trazê-las para serem assistidas.”